

Júlio Nunes – N°USP 8563198

Laura Dias – N°USP 8563177

Leticia Souza – N°USP 8968352

Estudo da competitividade da indústria brasileira

Em “Estudo da competitividade da indústria brasileira”, os autores buscam, por meio de uma nota técnica, analisar o cenário nacional e internacional do complexo eletrônico, propondo “políticas e ações adequadas ao complexo”.

Ao se analisar a nota, deve-se destacar o ano de sua publicação (1993): um período no qual a economia brasileira se familiarizava com tecnologias antes restritas às políticas de substituição de importações.

O início do artigo apresenta um dado referente ao crescimento do setor na época e as expectativas que se formavam ao redor dele, que resultariam, anos mais tarde, na bolha das “ponto com” e em avanços nunca antes vistos na indústria da informação.

Frente a essa perspectiva de expansão, destaca-se o crescimento da globalização e integração dos mercados internacionais, beneficiado “até pela simples substituição de soluções analógicas por digitais”.

O surgimento de um complexo eletrônico marcado pela uniformização de componentes microeletrônicos levantou questionamentos a respeito do perfil do profissional demandado nessa indústria. Cada vez mais qualificação seria necessária para manter a expansão do setor.

O texto trata de discutir a dominância de certas regiões na produção de softwares e hardwares, sobretudo por um pequeno grupo de empresas. Essa dinâmica, no entanto, se mostraria cada vez flexível devido às rápidas adaptações do mercado à inovação. A nova dinâmica do comércio internacional pós década de 90 concentraria seus esforços em países que oferecem mão de obra barata para a produção desses componentes, enquanto as soluções mais elaboradas surgiriam de países desenvolvidos.

A época também é marcada pelo aumento do investimento em P&D pelas empresas, que passaram a enxergar oportunidade em otimizar seus processos através da contratação de mão de obra qualificada. Além disso, as empresas passaram a oferecer serviços de atendimento ao cliente que refletissem a dinâmica dos seus produtos, que resultariam mais tarde nas *startups* e empresas orientadas ao consumidor.

A queda dos investimentos em informática no início da década também mostraram a fragilidade e a falta de competitividade da indústria brasileira na época, que até hoje tem dificuldades em acompanhar mercados de inovação tecnológica constante.

As políticas propostas no artigo são voltadas à integração do Brasil nesse novo mercado, dessa vez sem depender de um plano nacional, valorizando o que já foi feito sob a tutela da PNI. O texto demonstra certo otimismo quanto aos desenvolvimentos recentes na área, e propõe duas formas de expansão dos mercados: através de mudanças radicais nos setores mais dinâmicos, e mudanças graduais em setores já estabelecidos. Ambos deverão estar alinhados com uma política industrial sólida, que dará base para um P&D de qualidade responsável por alavancar tanto as inovações drásticas quanto as graduais.

Por fim, deve-se estabelecer políticas comerciais justas para expandir o alcance dessas novas políticas, integrando-se a esse novo mercado e se protegendo de práticas desleais do comércio internacional.

As proposições são então apresentadas, resumindo os pontos até aqui discutidos, e são destacados os indicadores de produtividade, para se medir a eficiência das novas políticas e a integração do Brasil nesse mercado, através da síntese de diversos indicadores que permitirão às empresas tomar decisões rápidas e alinhadas com as tendências da indústria internacional.